

EDITORIAL / EDITOR'S NOTE

É com verdadeiro sentimento de satisfação que a equipa editorial da Revista Ibérica do Direito (RID) apresenta o Volume 5, Número 2, uma edição dedicada aos temas críticos e à pluralidade intelectual que caracterizam o pensamento jurídico Ibero-americano contemporâneo. Em tempos marcados por rápidas transformações sociais, tecnológicas e políticas, reafirmamos nosso compromisso editorial com uma reflexão profunda, aberta ao diálogo interdisciplinar e atenta às múltiplas realidades que compõem o espaço jurídico Ibérico, Latino-americano e global. Este volume reúne investigações que, embora distintas em objeto e metodologia, convergem na busca por uma compreensão mais humana, justa e responsável do Direito.

A edição se abre com um questionamento provocador: seria a violência um desdobramento inevitável da ciência jurídica ocidental aplicada ao território de *Ixachilán?* Essa reflexão, ao ultrapassar fronteiras geográficas e epistemológicas, convida-nos a revisitar fundamentos frequentemente naturalizados nas tradições jurídicas, estimulando o leitor a confrontar pressupostos e a reconhecer a historicidade dos paradigmas normativos.

Na sequência, o debate desloca-se para o contexto africano, com uma análise sobre a *união de facto* em Moçambique, tema que revela os desafios da intersecção entre costumes, modernização jurídica e demandas sociais contemporâneas. Essa atenção ao diálogo entre tradição e normatividade reaparece em estudos que abordam, por exemplo, os direitos reais no sistema moçambicano, destacando a necessidade de consolidação doutrinária e de maturidade institucional.

A edição também aborda artigos dedicados à infância, à racialidade e às desigualdades estruturais que reforçam a dimensão ética que deve orientar a produção jurídica. A adultização precoce de crianças, os riscos psicossociais decorrentes e a responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade são discutidos de forma contundente. De outro lado, a investigação sobre leis antirracistas no Brasil desnuda tensões históricas e revela como a legislação, por si só, não basta para superar estruturas sedimentadas de exclusão, mas pode servir como ferramenta transformadora quando ancorada em políticas abrangentes e atuação institucional eficaz.

A ciência do Direito do Trabalho também é revisitada nesta edição da RID a partir das provocações levantadas pela Indústria 4.0 e pela intensificação das formas de exploração do trabalho em artigo desenvolvido nesta temática. Trata-se de um chamado indispensável à reflexão sobre os limites éticos da inovação tecnológica e a necessidade de proteção daqueles que sustentam, com sua força, conhecimento e criatividade, as engrenagens sociais.

No panorama europeu, a RID publica, na presente edição, um artigo sobre a judicialização da saúde em Portugal ilumina novos contornos do contencioso estrutural, tema que ganha relevância diante das crescentes demandas por políticas públicas inclusivas e eficientes. A complexidade da função jurisdicional também se manifesta em artigo que discute a proibição de decisões-surpresa e o direito de ser ouvido, fundamentos essenciais para a legitimidade do processo e para a confiança dos cidadãos nas instituições judiciais.

Em outro artigo, a dimensão técnico-científica do Direito é explorada por meio de um exame rigoroso das contribuições que vídeos informativos em ciências forenses podem oferecer à compreensão judicial da prova pericial. Paralelamente, o impacto dos algoritmos e da inteligência artificial no processo penal desafia-nos a refletir sobre novas formas de racionalidade jurídica, bem como sobre os riscos de opacidade, de vieses e de desumanização que acompanham tais tecnologias.

A presente edição da RID também oferece reflexões de inspiração humanista, como a releitura de Utopia, de Thomas More, que resgata o papel da imaginação e da crítica na construção de alternativas ao tratamento tradicional da criminalidade. Já o estudo comparado entre os sistemas constitucionais do Irã e da França revela contrastes fundamentais que iluminam a diversidade dos modelos contemporâneos de legitimidade e de proteção dos direitos fundamentais.

Por fim, o volume encerra-se com uma análise precisa dos contratos *built-to-suit* na Administração Pública brasileira, tema de relevância crescente diante das reformas legais recentes e das demandas por eficiência, transparência e segurança jurídica.

Cada artigo aqui presente representa um convite ao leitor: o convite a pensar o Direito não apenas como técnica, mas como prática social orientada por valores internacionalmente aceites, como ciência que deve dialogar com a realidade, mas que também deve ser capaz de transformá-la. Como espaço de debate e responsabilidade.

É essa a missão que a Revista Ibérica do Direito reafirma nesta edição, Volume 5, Número 2: a de fomentar uma comunidade académica ibero-americana-americana e internacional comprometida com o rigor, a coragem intelectual e o compromisso com a ciência jurídica no seu espectro mais puro. Que estas páginas inspirem reflexões, provoquem questionamentos e fortaleçam a convicção de que um mundo mais justo e digno é possível quando o Direito se põe verdadeiramente a serviço da humanidade.

Prof. Doutor Fábio da Silva Veiga

Editor-Chefe da Revista Ibérica do Direito – RID

Porto, Portugal